

Lemgruber vai pedir aos bancos prorrogação das linhas de curto prazo

por George Vidor
do Rio

O presidente do Banco Central (BC), Antônio Carlos Lemgruber, disse ontem, no Rio, que o Brasil vai pedir aos bancos estrangeiros uma prorrogação temporária do atual acordo sobre a dívida externa, porque não há tempo hábil para se negociar, até 31 de agosto, um reescalonamento dos pagamentos pelos próximos seis anos. "Mesmo que haja, nos próximos dias, um entendimento entre o País e o Fundo Monetário International, não será possível se fechar um novo acordo com os credores até o fim do mês", informou, em rápida entrevista aos jornalistas, sem especificar qual seria o novo prazo.

Lemgruber participou da reunião-almoço da Câmara da Indústria e Comércio Brasil-Alemanha, acompanhado de dois diretores do BC (José Júlio Senna, da Dívida Pública, e Roberto Castello Branco, de Mercado de Capitais), deixando claro, em sua palestra, que os resultados da política econômica, neste segundo semestre, vão depender, basicamente, da redução dos gastos do setor público.

"Pela primeira vez nos últimos vinte anos, a dívida externa não apresentará crescimento em 1985. Mesmo que haja alguma desaceleração no ritmo de atividade da economia neste segundo semestre, o Produto Interno Bruto apresentará um crescimento da ordem de 4 a 5%. Nos preços, conseguimos reverter também as expectativas inflacionárias. Resta, portanto, ajustar a política fiscal, hoje a maior fonte de desequilíbrio da economia do País", explicou o presidente do BC.

QUADRO POSITIVO

Em relação às contas externas, Lemgruber traçou para os membros da Câmara Brasil-Alemanha um quadro positivo, mostrando que o déficit em conta corrente do País (mercadorias e serviços) não passará de US\$ 1,5 bilhão, valor muito abaixo dos registrados nos últimos anos. Se isto ocorrer, é provável que haja um aumento nas reservas cambiais brasileiras, tal como ocorreu em 1984.

O presidente do BC disse que o crescimento da economia neste ano se dará de forma bastante simétrica, com a agricultura e a in-

dústria expandindo-se de 4 a 5%. Ele garantiu, entretanto, que um ritmo razoável de crescimento, sem riscos, somente será obtido, daqui por diante, se a fonte básica de desequilíbrio da economia, que é o déficit público, for controlada neste ano em cerca de Cr\$ 55 trilhões, como deseja o governo.

"No primeiro semestre, tivemos uma política monetária expansionista e frouxa. A partir de abril, passamos a executar uma política mais restritiva. Porém, como os gastos públicos não estavam controlados, tivemos de fazer maiores colocações de títulos para evitar maior expansão de moeda. Em julho, a colocação de papéis chegou a Cr\$ 7,7 trilhões (além de cerca de Cr\$ 1 trilhão para "rolagem" de juros), e mesmo assim houve um crescimento de 12,5% na base monetária — emissão de moeda —, ou seja, de Cr\$ 2,3 trilhões", explicou Lemgruber.

TÍTULOS

Por causa disso, a dívida interna em títulos cresceu, até agora, a uma taxa de 500% ao ano, mas, segundo o presidente do BC, não havia outra opção, pois se os papéis não fossem colocados o governo forçosamente teria emitido moeda, provocando uma hiperinflação e uma profunda crise cambial. "Estamos com um programa realista e austero de cortes fiscais, que efetivamente só vai começar agora. Uma redução de Cr\$ 55 trilhões ainda neste ano no déficit público representa o equivalente a US\$ 10 bilhões, mas é a alternativa que temos para evitar novas colocações de títulos e emissões de moeda."

Para Lemgruber, evitar cortes seria, na conjuntura atual, uma política econômica enganadora, como a executada no final de 1979 e início de 1980, que gerou uma euforia de curto prazo, mas produziu a crise cambial de 1981 a 1983 e taxas de inflação explosivas. "Esses riscos nós teremos de afastar."

O presidente do BC afirmou que o Brasil já chegou a um estágio importante de estabilização da sua economia e, se o desequilíbrio das contas públicas for corrigido, o País acabará voltando a receber empréstimos voluntários dos bancos.